

# Índios: uma advertência do ministro Brossard.

ANC 96

A propósito das denúncias sobre os planos separatistas do Cimi, o ministro Paulo Brossard, da Justiça, fez ontem sérias advertências em um artigo publicado no jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, em que lamenta a "existência de grupos estrangeiros, predominantemente alienígenas, com seus olhos voltados menos para o Evangelho do que para o subsolo nacional". A mesma denúncia levou um grupo de 26 constituintes dos estados da Amazônia a assinar um "documento de alerta", a ser entregue ainda hoje ao presidente Ulysses Guimarães.

"O índio é uma generosa motivação para encobrir um gigantesco plano imperialista, no qual os minérios, as riquezas do

subsolo em geral, pesam mais do que as almas e sua evangelização", adverte o ministro Brossard, em seu artigo. Comentando a proposta de cerca de 47 mil austríacos feita à Constituinte, propondo a soberania restrita sobre as áreas indígenas, Brossard destacou: "O despudor e a insolência chegaram a esse ponto. Em petição bilingüe, a petição foi levada à Assembléia, como se os quase 47 mil austríacos pudessem fazê-lo. Não tenho dúvida de que foram ludibridados, pois, não sabendo uma palavra em português, e nunca tendo pisado aqui seus pés, é claro que foram usados por essas entidades, para meter a cunha nos trabalhos da Constituinte".

Se permanecer no texto da futura Constituição o dispositivo que proíbe a exploração econômica das terras indígenas, conforme já estabelece no anteprojeto da Comissão de Sistematização, os estados da Amazônia "jamais alcançarão o estágio de desenvolvimento social e econômico compatível com as demais regiões do País" — segundo alerta o documento assinado pelos constituintes da região.

Tais dispositivos, segundo o documento, atingem diretamente os interesses econômicos e sociais da Amazônia, onde 20% são terras indígenas. Na opinião do deputado Odacir Soares (PFL-RO), como consequência da eventual manutenção de tais disposi-

tivos "o Brasil ficaria condenado a ver-se despojado do direito de exercer, através de empresas nacionais da iniciativa privada, a exploração das riquezas existentes na região". E acrescentou: "Isso corresponde a atender os interesses alienígenas que querem ver o País sempre dependente e não competitivo nos mercados internacionais".

Ao falar em "nações indígenas" e garantir a elas o ensino ministrado em seu idioma particular, o anteprojeto de Bernardo Cabral cria "verdadeiras ilhas" que, em futuro não muito distante, resultarão no fracionamento do território nacional. A conclusão é de um estudo desenvolvido por ex-funcionários da Funai sobre os direitos dos

índigenas na nova Carta. O estudo sugere que o artigo seja emendado especificando-se que a "língua nacional" é o português, eliminando-se as referências às "nações indígenas". "Mas convém ressaltar que é livre o aprendizado de qualquer idioma, desde que por iniciativa individual e não como dever do Estado", prossegue o estudo.

Essas denúncias envolvendo o trabalho distorcido das missões religiosas não são uma novidade para a Polícia Federal, segundo o porta-voz Paulo Marra. Mas ainda que seja um problema antigo, Marra diz que, até o momento, "não há elementos suficientes que justifiquem a abertura de um inquérito policial".